

EVASÃO ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO- UM PROBLEMA DE TODOS

Educanda: Lucimara Pinho¹;

Orientador: Marcos Claudio Signorelli².

RESUMO

O tema que será abordado neste estudo se trata especificamente da realidade observada no Colégio Estadual Irmã Clara, localizado no município de Bituruna PR. Na realidade deste colégio situado na comunidade de Santo Antônio do Iratim área rural do município, um problema preocupante relativo à educação é o significativo aumento de evasão escolar de estudantes do ensino fundamental e médio. Através deste estudo pretendeu-se conhecer quais motivos ou fatores tem levado os alunos deste estabelecimento público de ensino a abandonarem os estudos. Foram realizadas entrevistas com profissionais da educação, profissionais de outros órgãos públicos como Conselho Tutelar e Prefeitura Municipal e alguns estudantes da determinada escola. Espera-se que este estudo possa promover uma reflexão que forneça subsídios na proposta de ações para minimizar ou evitar a problemática em questão.

As Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo a respeito da identidade das escolas do campo explicitam: *“Não se trata de identidade circunscrita a um espaço geográfico, mas sim, vinculadas aos povos do campo, seja os que*

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de XXX, e-mail: tal.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do país.” (p.61).

Palavras-chave: evasão, escola, campo.

1- CONTEXTO

Na trajetória de vida como educadores, o que mais nos fortalece é a oportunidade de observar e sentir o valor humano nos pequenos gestos de um aluno ou de uma aluna, nas simples e corriqueiras situações que nos apresenta. A vida no campo traduz beleza e esperança, nos faz esquecer mesmo que por alguns instantes a conturbada vida das cidades. Apesar de muitas dificuldades encontradas diariamente. É no meio rural em contato com a natureza que ainda se observa valores por coisas tão simples, mas que dão sentido a vida deste povo tão humilde e batalhador.

É no espaço escolar que esses valores se manifestam, assim como suas angústias e expectativas de um futuro com mais igualdade social. Igualdade essa que jovens adolescentes vêem através da educação. Porém percebe-se que algo está afetando esse valor pela educação e o interesse pelos estudos aumentando de forma preocupante a evasão escolar nesta determinada escola do campo.

Nesse contexto as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, tem a intenção de motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que o campo brasileiro oferece à ampliação dos conhecimentos escolares.

O presente estudo foi realizado com base na realidade escolar do Colégio Estadual Irmã Clara, em Santo Antônio do Itatim localizado a 18 quilômetros da área urbana do município de Bituruna- PR. Conforme dados obtidos pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, esta comunidade conta com uma população de aproximadamente dois mil habitantes. As fontes econômicas são a agricultura e o

trabalho em estabelecimentos públicos, como escolas, posto de saúde e outros. A rotina dos moradores é muito tranquila, apesar do significativo aumento populacional nos últimos 10 anos.

O Colégio Estadual Irmã Clara o qual serviu como espaço principal do estudo, atende hoje nos turnos manhã e tarde um número de aproximadamente 590 alunos, quantidade bastante elevada considerado o espaço físico do estabelecimento. Os alunos matriculados têm idades entre 10 a 16 anos. Além da preocupação com os alunos evadidos, a falta de espaço físico e a superlotação nas salas de aula, são outros problemas a serem enfrentados por toda a comunidade escolar.

Partido das próprias lembranças e experiências e se tratando dos costumes especificamente do povo desta região se pode afirmar que num passado não distante, evasão escolar era um problema das escolas dos centros urbanos, tão pouco se necessitava da presença de conselhos tutelares para garantir a permanência de alunos menores de 18 anos nos bancos escolares. O povo do campo e em especial o povo desta comunidade, apesar de muitas dificuldades se sentiam honrados em mandar seus filhos regularmente para a escola, mesmo a custa de muitas dificuldades financeiras e intelectuais. Tempos estes onde existiam poucas políticas públicas relativas à essa questão. No que diz respeito às políticas públicas o ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo um dos maiores instrumentos de proteção da criança e do adolescente, deixa bem claro em seu capítulo II, artigo 22: *“A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”* (ECA, 2010 p. 165). Para tanto ao se observar a constante busca de alunos evadidos do colégio em questão, este estudo objetivou-se em identificar quais motivos ou fatores que levam os jovens e adolescentes moradores da comunidade de Santo Antônio do Itatim e demais alunos matriculados no Colégio Estadual Irmã Clara se evadirem da escola. Torna-se importante destacar que população do campo, são pessoas que vivem e sobrevive no campo área rural.

Ainda no que se refere à educação, a legislação brasileira determina que seja de responsabilidade da família e do estado o dever de orientar a criança em seu desenvolvimento sócio-educacional. A esse respeito, a LDB (1997:2) em seu artigo 2º afirma:

“A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LDB, p.08)

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do adolescente artigo 1º também esclarece: *“A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (ECA 2010, p. 160).*

Outro fato que chamou a atenção no decorrer deste estudo é que a maioria dos alunos evadidos da escola tem idades acima de 14 anos. Apesar de estar claro na LDB, que é obrigatória a permanência na escola de jovens e adolescentes menores de 18 anos.

O ECA aborda ainda que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso a idade própria. (p. 161).

Cabe destacar que falamos de indivíduos na fase da adolescência e juventude, período de constantes transformações, principalmente no aspecto psicossocial. Dentro deste contexto Maria Isabel Mendes de Almeida Fernanda Eugênio (2006), na obra “Culturas Jovens”, define uma concepção de juventude que interpreta como: *“processo de transição ou passagem, percurso ou trajetória biográfica na qual se lançam luzes sobre a construção social e subjetiva dos sujeitos”* (p. 81). Ainda no mesmo parágrafo, a juventude é descrita como fase da vida na qual se adquire a autonomia pessoal.

Em se falando de autonomia, percebe-se no comportamento dos alunos que frequentam a escola em questão uma dificuldade em expressar atitudes de autonomia, sendo na maioria das vezes seguidores de regras. Confrontando-se á essa informação, Paulo Freire (1996) em *Pedagogia da Autonomia*, destaca: *“A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam dono da verdade e do saber articulado. (p. 47).*

Em se tratando de escola do campo a qual se enquadra a escola estudada, torna-se importante destacar a origem da educação do campo, que aos poucos vai assumindo sua identidade e conquistando sua especificidade no âmbito educacional, isso graças à luta de pessoas corajosas e repletas de esperança em um futuro para seus filhos diferente de seu passado. Passado de sofrimento e extrema exclusão social, e que apesar de muita luta e políticas públicas voltadas a essa temática ainda não conseguem garantir uma educação adequada e satisfatória a população que vive no campo. Espaço esse que retrata nossa história de brasileiros e expressa a beleza cultural de um povo esquecido pelos poderes governamentais. E se aos poucos estão sendo lembrados, é por sua incansável luta através de manifestações sociais, como a mais marcante entre elas, o movimento dos sem terras os MSTs, (Movimento dos Sem Terras).

Uma das prioridades desse movimento foi e continua sendo a educação para seus filhos, nos assentamentos então onde vivem. Essa educação necessitava ser de qualidade e com especificidade para um povo com uma história de luta pela terra e pela dignidade. Nesse sentido o Artigo 28 da LDB (1996) afirma: Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias á sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

-adequação à natureza do trabalho na zona rural;

2 - DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Iniciei minha carreira como professora há pouco tempo, mais precisamente há cinco anos. Porém toda minha infância e parte da juventude, morei e estudei em escola do campo, escola essa que hoje faz parte desta pesquisa. Pelo amor à escola onde iniciei minha vida escolar com cinco anos de idade e amor ao local onde nasci, atualmente faço parte do quadro próprio do magistério da referida escola.

O estudo relativo à evasão escolar dos alunos do Colégio Estadual Irmã Clara, se iniciou na primeira semana do mês de março de 2011, com entrevista ao diretor e equipe pedagógica deste estabelecimento de ensino. Equipe esta que iniciou o ano letivo de 2011, numa incansável luta para o retorno dos inúmeros alunos evadidos. Na documentação da equipe pedagógica, consta mais de 20 alunos evadidos, índice consideravelmente alto se comparado a anos anteriores, segundo comentário do diretor do Colégio. O próximo passo foi entrevistar duas alunas que estavam evadidas e retornaram à escola na semana seguinte do início da pesquisa, sendo que uma delas me relatou que o motivo de estar fora da escola seria por ter se casado, ou melhor mantém uma união estável. A outra aluna entrevistada comentou que não estava frequentando a escola, pois havia sido reprovada na 6ª série e já estava com mais de 17 anos de idade. Portanto mediante tal declaração pode se constatar que um dos motivos seja a reprovação. O passo seguinte foi uma conversa investigativa com uma conselheira do conselho tutelar a qual esclareceu que de acordo com os relatos dos alunos, a maior causa é falta de

apoio dos pais e demais familiares. De acordo com os entrevistados, os alunos evadidos da escola, continuam morando no campo, indicando não ser êxodo rural a causa majoritária de sua ausência na escola.

Outro fato a ser destacado, nos relatos dos entrevistados, é que a maioria dos alunos evadidos são maiores de 14 anos, que tem responsabilidade de auxiliar no sustento familiar, filhos de pais separados, pais analfabetos e com baixa renda familiar, adolescentes que já constituíram famílias e necessitam de trabalhar para auxiliar na renda familiar. Trabalhos esses que na maioria das vezes são pesados e ferem seus direitos como; de estar na escola, de adquirir conhecimento para sonhar com um futuro melhor do que de seus pais.

Citando novamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (2010, p.48), se destaca que: Ao adolescente aprendiz, maiores de quatorze anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. No mesmo capítulo artigo 61, diz ainda: “Ao *adolescente empregado, aprendiz em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental e vedado o trabalho: I- noturno realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte: II- perigoso insalubre ou penoso; III- realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;* “

Como integrante do corpo docente do Colégio em questão, sob o ponto de vista de educadora, acredito que além dos problemas familiares e sociais, relatados pelos entrevistados, o que tende a afastar o aluno da escola, é o tratamento que recebe dentro da mesma, pois como alunos do campo são donos de uma cultura específica e um comportamento peculiar. Expressam-se e compreendem o mundo de maneira mais simples onde seus conhecimentos ainda empíricos os enchem de orgulho. Para tanto ainda não existem um corpo docente capacitado para lidar com tais especificidades, fazendo com que ocorra frequentemente algum tipo de conflito, não comuns em tempos atrás, tempos estes em que os educadores também residiam no campo, tendo talvez maiores condições de enfrentamento com os problemas encontrados no meio escolar.

Nesse sentido as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu art.2º, destaca que: *A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros (...). Diz ainda que, a escola precisa possibilitar que os sujeitos do campo compreendam a realidade em que estão inseridos no seu movimento histórico... Para que escola do campo possa ter sua identidade reconhecida e assumida no trabalho pedagógico escolar, coloca-se como fundamental reestruturar os currículos e a formação de professores.*

O Art. 28. da LDB, (2010, p.25) esclarece que “ *Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:*
I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

3 - CONSIDERAÇÕES

Este estudo foi e continua sendo muito importante na vida de educadora e amante da cultura do campo. Observei nas conversas, principalmente com as alunas a simplicidade e ingenuidade dessas adolescentes, adolescentes cheias de sonhos e ao mesmo tempo cheias de ilusões. Através de minhas palavras e ações desenvolvidas na escola, espero ter contribuído para suas decisões sobre seus anseios e expectativas de vida. Enquanto professora de Educação Física, tenho procurado num primeiro momento, motivar os alunos através do conteúdo curricular como, a dança o esporte e capoeira. Outra ação está sendo o treinamento de voleibol em contra turno com alunos de 5ª e 6ª series. A proposta educacional como a “Equipe Multidisciplinar” tem sido fundamental para aprimorar nossos

objetivos em torno dessa dificuldade que é evasão escolar. Esperamos através destas e outras ações motivar e despertar o interesse dos alunos pelos estudos. Com essas atitudes entendi que, enquanto educadores temos um papel fundamental no presente e no futuro dos jovens. Se cada um agir num pequeno espaço onde atua podemos modificar qualquer realidade para melhor. Jamais devemos esquecer - nos de nosso papel e função como educadores. Pois se ficamos perturbados com as barbáries que acontecem atualmente, principalmente ligadas á jovens adolescentes, é porque algo ou alguém falharam no desenvolvimento psicossocial e educacional desses jovens. A função da escola realmente não é suprir as necessidades da família, porém tem bagagem e métodos suficientes e profissionais capacitados que podem minimizar as inúmeras manifestações de carência que o jovem adolescente apresenta. Não bastam lamentações são necessárias ações. O compromisso do educador deve ir além do domínio de conteúdos e metodologias, deve haver antes de tudo o comprometimento social e a consciência da responsabilidade pelo futuro que será o presente de seus descendentes.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de – Eugênio, Fernanda. Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL- Lei 9394-96. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (DOU 23.12.96).

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO- Resolução CNE/CEB Nº 1- de 3 de abril de 2002 .

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO- Curitiba, 2010.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Legislação Complementar para a Proteção Integral da Criança e Adolescentes/ coordenação e organização: Thelma Alves de Oliveira, Aline Pedrosa Fioravante, Juliana Biazze Feitosa e Ana Christina Brito Lopes- Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.

FREIRE, Paulo 1920- Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa/ São Paulo: Paz e Terra, 1996.